

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

126 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 6 a 10/06/2022

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Fit for 55: votações	1
Seguimento da Conferência sobre Futuro da Europa: revisão dos Tratados	1
Direito de iniciativa legislativa do PE	2
Debate sobre o Conselho Europeu	3
Polónia - Plano de Recuperação e Resiliência	4
Debate Isto é a Europa - Primeiro Ministro irlandês	4
Debate com o Presidente do Parlamento ucraniano	4
2. BCE DECISÕES POLÍTICA MONETÁRIA - TAXAS DE JURO	5
3. AUXÍLIOS ESTATAIS PORTUGAL E ESPANHA	6
4. SALÁRIOS MÍNIMOS ADEQUADOS NA UE ACORDO PROVISÓRIO	6
5. CARREGADOR COMUM ACORDO PROVISÓRIO	7
6. COMISSÃO EUROPEIA ORÇAMENTO UE 2023	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Competitividade)	7
Conselho (Justiça e Assuntos Internos)	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana, realizou-se a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo.

Principais destaques:

Fit for 55: votações

O PE [debateu e votou esta semana](#) um dos pacotes legislativos mais importantes da atual legislatura, o chamado [Fit for 55 para 2030](#) (o *think-tank* do PE publicou um *briefing* muito completo sobre este pacote, disponível [aqui](#)), que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990 e para alcançar a neutralidade climática até 2050, em conformidade com a [Lei Europeia do Clima](#).

Os textos em debate e votação eram:

- [Revisão do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da UE](#), incluindo os [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE para a aviação](#) e o Regime de Compensação e Redução das Emissões de Carbono da Aviação Internacional ([CORSIA](#));
- [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço \(MACF\)](#);
- [Emissões de gases com efeito de estufa noutros setores \(partilha de esforços\)](#);
- [Limites de emissões de CO2 para automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros](#);
- [Uso do solo, alteração do uso do solo e florestas \(LULUCF\)](#);
- [Fundo Social para a Ação Climática](#).

Porém, três destes textos foram rejeitados ([Fundo Social para a Ação Climática](#), [Revisão do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da UE](#), e [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço \(MACF\)](#)), regressando de novo às Comissões parlamentares para nova apreciação.

As propostas relativas às [emissões de gases com efeito de estufa noutros setores \(partilha de esforços\)](#), ao [uso do solo, alteração do uso do solo e florestas \(LULUCF\)](#) e aos [limites de emissões de CO2 para automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros](#) foram aprovadas.

O debate e as votações foram bastante participados e complexos. O *Político* disponibiliza [aqui](#) uma síntese destes trabalhos.

Seguimento da Conferência sobre Futuro da Europa: revisão dos Tratados

O PE aprovou uma resolução solicitando ao Conselho Europeu que concorde em iniciar o processo de revisão dos Tratados da União Europeia (UE), nos termos do [artigo n.º 48](#) do Tratado sobre a UE. Este dispõe que “2. O Governo de qualquer Estado-Membro, o Parlamento Europeu ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão dos Tratados (...) 3. Se o Conselho Europeu, após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, adoptar por maioria simples uma decisão favorável à análise das alterações propostas, o Presidente do Conselho Europeu convoca uma Convenção composta por representantes dos Parlamentos nacionais, dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu e da Comissão. (...) A Convenção analisa os projectos de revisão e adopta por consenso uma recomendação dirigida a uma Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, tal como prevista no n.º 4.”

O PE apela a uma alteração dos Tratados nos seguintes domínios:

- reforma dos procedimentos de votação no Conselho para reforçar a capacidade de acção da UE, incluindo a passagem da votação por unanimidade para a votação por maioria

¹ Fonte: Serviço de imprensa do PE

qualificada, em áreas como as sanções, as chamadas cláusulas [passerelle](#), e em situações de emergência;

- adaptação dos poderes da UE, especialmente nas áreas da saúde e das ameaças sanitárias transfronteiriças, na realização da união energética, em conformidade com os acordos internacionais sobre alterações climáticas, na defesa e nas políticas sociais e económicas;
- assegurar a plena implementação do pilar europeu dos direitos sociais e incorporar o progresso social, ligado a um protocolo de progresso social, nos Tratados;
- tornar a economia da UE mais resiliente, com especial atenção às pequenas e médias empresas e à competitividade, centrada nas transições justas, verdes e digitais;
- conferir ao Parlamento o direito de iniciar, alterar ou revogar legislação, e com plenos direitos como co-legislador sobre o orçamento da UE; e
- reforçar o procedimento para proteger os valores fundadores da UE e clarificar a determinação e as consequências das suas violações (artigo 7.º TUE e Carta dos Direitos Fundamentais).

A resolução foi aprovada com 355 votos a favor, 154 contra e 48 abstenções, após [debate](#). Caberá ao Conselho Europeu decidir, por maioria simples, a criação de uma Convenção. A Comissão Europeia deverá publicar, no dia 16 de junho, a sua avaliação sobre o seguimento a dar aos [resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa](#). A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu continuará a trabalhar nas alterações que o Parlamento procurará introduzir nos Tratados, em antecipação a uma Convenção.

Direito de iniciativa legislativa do PE

O PE aprovou uma resolução, com base num relatório do Deputado português Paulo Rangel (PPE), em que [apela à reforma do processo legislativo na próxima revisão dos Tratados](#) e nota que, como única instituição da UE eleita directamente, os deputados europeus devem ter o [direito de propor legislação](#). Além disso, o PE solicita que seja negociado um novo acordo interinstitucional com a Comissão e o Conselho para evitar bloqueios quando o Parlamento utiliza o seu atual direito de iniciativa em questões institucionais.

O PE considera que o Conselho e a Comissão têm obstruído os poucos direitos legislativos indiretos do Parlamento e o seu limitado direito de iniciativa, em casos como a não ratificação da [última reforma da lei eleitoral](#), a recusa do Conselho em negociar sobre o [direito de inquérito](#) do PE (em violação dos Tratados), a assunção de facto dos direitos legislativos pelo Conselho Europeu no espaço de liberdade, segurança e justiça, e a falta de uma resposta adequada à proposta do Parlamento de um [mecanismo abrangente](#) para a protecção dos valores da UE.

O relator Paulo Rangel referiu que *"A nossa arquitectura institucional está pronta para a mudança. É tempo de reconhecer que um direito de iniciativa geral e global para o Parlamento é possível, desejável, e de acordo com a aspiração constitucional de tornar a UE mais democrática. É tempo de agir, nomeadamente de acordo com as propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa. O momento sugere que poderia mesmo haver uma revisão dos Tratados apenas para este fim"*.

Recorde-se que o direito de iniciar legislação a nível da UE é reservado quase inteiramente à Comissão Europeia. Tanto o Conselho como o Parlamento têm um direito de iniciativa indireto, uma vez que podem solicitar uma proposta legislativa à Comissão, que não é obrigada a agir. Os Tratados da UE concedem ao Parlamento um direito de iniciativa direto apenas em casos específicos, nomeadamente sobre regras para a sua própria composição, eleições europeias e sobre os deveres dos deputados europeus.

Debate sobre o Conselho Europeu

Em debate com os Presidentes Charles Michel e Ursula von der Leyen, o PE avaliou as conclusões da reunião extraordinária do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio.

Este *debriefing* do Conselho Europeu centrou-se em cinco questões principais: (1) a maioria dos Deputados apoiou as **sanções à Rússia** (elogiando a unidade, apesar de algumas críticas sobre os 10% de petróleo não cobertos e os atrasos na implementação), mas exortou a UE a mitigar melhor os impactos socio-económicos internos; (2) os Deputados concordaram em grande medida com a necessidade de **reforçar as capacidades de defesa da UE** (realizando economias de escala através da utilização de aquisições conjuntas); (3) todos os Deputados concordaram com a necessidade de abordar a **segurança alimentar** como prioridade máxima e os Presidentes Von der Leyen e Michel lamentaram a propaganda russa destinada a culpar a UE pela atual escassez de alimentos; (4) os Deputados saudaram o **financiamento da reconstrução da Ucrânia** através de uma plataforma co-liderada e possíveis novas medidas como a exploração dos bens confiscados; (5) os Deputados exortaram as instituições a avançar mais rapidamente na **resolução da crise energética**, reduzindo a dependência do petróleo com eficiência energética, diversidade e encorajando a sobriedade energética.

No próximo Conselho Europeu, os Deputados europeus esperam que os líderes avancem na concessão do estatuto de candidato à Ucrânia e à Moldávia, na ajuda militar à Ucrânia e na abordagem do impacto económico da guerra sobre os agricultores. Especificamente sobre as aspirações de candidatura da Ucrânia, a Presidente da Comissão declarou que não haveria atalho para a Ucrânia aderir à UE.

No seu [discurso](#), o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, assegurou que a UE iria confrontar a Rússia enquanto este país utilizasse alimentos como arma, perturbando a segurança alimentar, e causando fome global. Sobre o 6º pacote de sanções, elogiou o acordo histórico de proibir 90% de todo o petróleo russo até ao final do ano e assegurou que a UE permanece unida e empenhada em exercer pressão sobre a Rússia. Confirmou a ambição da UE de liderar os esforços de recolha de apoio financeiro para a reconstrução da Ucrânia e recordou os nove mil milhões de euros que a UE tinha concordado em fornecer em assistência macrofinanceira. Sendo a Rússia o agressor, eles teriam de pagar a sua parte, pelo que a UE estava a considerar a forma de utilizar ativos bloqueados para este fim.

Na sua [intervenção](#), a Presidente da Comissão Europeia recordou as propostas que a Comissão tinha apresentado no último Conselho Europeu para **romper com a dependência dos combustíveis fósseis russos** (90% de proibição do petróleo, se não mesmo 100%, investimentos da RePowerEU e esforços no sentido da eficiência energética); **reforçar a defesa** (os 19% gastos da UE com a defesa não correspondiam aos 300% da Rússia ou aos 600% da China. Os 200 biliões de euros acordados pela UE na defesa seriam apenas tão bons como a forma como os gastaríamos, por exemplo através de aquisições conjuntas); **impulsionar a ajuda humanitária e a reconstrução na Ucrânia**; e **abordar a segurança alimentar** (275 milhões de pessoas estavam em alto risco de insegurança alimentar em todo o mundo e dez milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza por qualquer aumento de 1% nos preços dos alimentos).

Assinalou que a resposta da UE precisava de ser igualmente clara: manter os mercados abertos (incluindo a reabertura dos portos do Mar Negro); solidariedade e apoio aos parceiros (225 milhões de euros adicionais para responder às necessidades a curto e médio prazo dos parceiros dos países vizinhos do sul); investir em tornar a produção local mais sustentável e resistente (nomeadamente apoiando a auto-sustentabilidade africana); e trabalhar mais estreitamente com os Estados-Membros e o G7.

A Conferência de Presidentes do PE adotou, esta semana, uma [declaração](#) apelando aos Chefes de Estado e de Governo reunidos em 23-24 de junho para decidirem sobre as candidaturas da Ucrânia, da República da Moldávia e da Geórgia para adesão à União Europeia.

Polónia - Plano de Recuperação e Resiliência

O PE [aprovou uma resolução](#) (411 votos a favor, 129 contra e 31 abstenções), em que expressa sérias preocupações quanto à aprovação pela Comissão do plano de 35,4 mil milhões de euros da Polónia ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR).

Os Deputados receiam que os marcos da Comissão não sejam suficientes e salientam que o pleno cumprimento dos valores da UE é um pré-requisito para o financiamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Assim sendo, exortam o Conselho a só aprovar o plano da Polónia depois de este país ter cumprido plenamente as disposições do Regulamento sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência sobre conflitos de interesses e fraude e todas as recomendações específicas do Semestre Europeu no domínio do Estado de direito. A Polónia também precisa de implementar todos os acórdãos relevantes do TJUE e do TEDH antes que o seu plano possa ser aprovado. Os Deputados salientam também que os passos-chave para a implementação (marcos) relacionados com os interesses financeiros da União Europeia devem ser cumpridos antes da apresentação de um primeiro pedido de pagamento.

Esta semana, três Deputados europeus do grupo liberal (Renew) lançaram [um apelo à recolha de assinaturas](#) para apresentar uma moção de censura contra a Comissão Europeia, caso o plano polaco seja implementado sem a observância destas condições enunciadas na resolução.

Debate Isto é a Europa - Primeiro Ministro irlandês

A 8 de junho realizou-se o terceiro debate plenário do PE organizado sob o título «*This is Europe*» para discutir a agenda comum sobre o futuro da Europa com os Chefes de Estado e de Governo. Desta vez, [interveio Micheál Martin](#), Primeiro-Ministro da Irlanda, que apelou a uma maior ambição tanto no alargamento como na reforma da UE, com vista a proteger os valores europeus no atual contexto difícil. Recordou que, quando a adesão à UE foi aprovada em maio de 1972 por referendo, por larga maioria, a Irlanda era o Estado-Membro europeu mais pobre, mas beneficiou desde então de um crescimento económico duradouro, bem como de segurança. Micheál Martin salientou como a política de alargamento reforçou a UE como um todo e como era um instrumento poderoso para promover o progresso e os valores da UE na região. A UE deveria ser uma esperança para os parceiros dos Balcãs Ocidentais, assim como para a Ucrânia, Moldávia e Geórgia. Recordou a experiência positiva irlandesa com a adesão à UE e considerou que a próxima cimeira europeia de junho deveria transmitir uma mensagem clara e positiva ao povo ucraniano sobre a candidatura do país à adesão à UE. Sobre o *Brexit*, sublinhou a importância de defender o Protocolo da Irlanda do Norte e exortou o governo do Reino Unido a empenhar-se com boa fé e seriedade.

Debate com o Presidente do Parlamento ucraniano

Também a 8 de junho, o Presidente do Verkhovna Rada ucraniano, Ruslan Stefanchuk, dirigiu-se ao plenário do PE numa sessão solene. Nas suas observações introdutórias, a Presidente do PE, Roberta Metsola, reiterou o apoio da UE à Ucrânia e o compromisso do PE em conceder à Ucrânia o estatuto de candidato. Referiu-se também ao compromisso da UE para com a reconstrução da Ucrânia e à necessidade de responsabilizar os criminosos de guerra. No seu discurso, o Presidente Stefanchuk agradeceu à UE e em particular ao PE pelo apoio demonstrado à Ucrânia desde o início da agressão russa, e apelou para que os responsáveis por crimes de guerra fossem levados à justiça.



Foto ©EU2022

Referiu-se ainda ao discurso que a Presidente Metsola proferiu em Kiev no início de abril, apelando também a novos esforços para assegurar a sobrevivência da Ucrânia, uma vez que a agressão russa tinha provado ser uma guerra contra os valores e fundamentos da ordem internacional. Condenou o discurso das autoridades russas, que afirmaram estar a agir com o objectivo de defender os valores cristãos e proteger as pessoas de uma crise alimentar, e apelou a que os responsáveis pelos crimes cometidos na Ucrânia fossem levados à justiça. Centrando-se nos passos que se seguem, salientou que a concessão do estatuto de candidato à Ucrânia no Conselho Europeu do final de junho representaria uma poderosa mensagem política contra a Rússia, confirmando ainda mais o apoio da UE aos esforços que estão a ser feitos pelos ucranianos no terreno. Sublinhou também a importância de adotar medidas que tornem insuportável para a Rússia o financiamento da sua guerra. Finalmente, sublinhou fortemente que a unidade entre a UE e a Ucrânia seria essencial para garantir a paz.

O debate está disponível [aqui](#).

2. BCE | DECISÕES POLÍTICA MONETÁRIA - TAXAS DE JURO

De acordo com as [decisões de política monetária do BCE](#), este assegurará o regresso da inflação ao seu objetivo de 2% a médio prazo. No entanto, com base na sua avaliação atualizada da inflação anual e do crescimento real anual do PIB, o Conselho do BCE decidiu dar novos passos no sentido da normalização da política monetária, destacando-se sobretudo a subida das taxas de juro.

O Conselho do BCE **tenciona aumentar as taxas de juro diretoras do BCE em 25 pontos base** na sua reunião de política monetária de julho. Entretanto, o Conselho do BCE decidiu manter a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente. O Conselho do BCE espera **aumentar as taxas de juro diretoras do BCE novamente em setembro**, sendo que estas dependerão das perspetivas atualizadas para a inflação a médio prazo. Após setembro, de acordo com a sua avaliação atual, o Conselho do BCE prevê que uma trajetória gradual, mas sustentada, de novos aumentos das taxas de juro seja adequada.

[Esta será a primeira vez que as taxas de juro sobem em mais de uma década.](#)

O Conselho do BCE decidiu ainda cessar as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (APP) em 1 de julho de 2022 e pretende continuar a reinvestir, na totalidade, os pagamentos de capital dos títulos vencidos adquiridos no âmbito do APP durante um período prolongado após a data em que comece a aumentar as taxas de juro diretoras do BCE e, em qualquer

caso, enquanto for necessário para manter condições de liquidez amplas e uma orientação de política monetária adequada. No que respeita ao programa de compra de ativos devido a emergência pandémica (PEPP), o Conselho do BCE tenciona reinvestir os pagamentos de capital dos títulos vencidos adquiridos no contexto do programa até, pelo menos, ao final de 2024.

No que se refere a operações de refinanciamento, o Conselho do BCE continuará a acompanhar as condições de financiamento bancário e a assegurar que o vencimento dos fundos cedidos no âmbito da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas III) não dificulta a transmissão regular da política monetária.

O BCE disponibiliza um [podcast](#) no qual a Presidente Christine Lagarde aborda esta questão.

Refira-se ainda que o *Bundesbank* revelou hoje, 10 de junho, uma duplicação da taxa de inflação relativamente às suas previsões anteriores. As novas previsões colocam a inflação em 7,1% este ano, acima dos 3,6% registados em dezembro. O Banco Central alemão revê agora a inflação de 2023 em 4,5%, em comparação com os 2,2% anteriores e a inflação em 2024 em 2,6%, acima da previsão anterior de 2,2%. As projeções do *Bundesbank* fazem parte das projeções do BCE para a zona euro que foram divulgadas juntamente com a decisão de política monetária e [qualquer revisão em alta das projeções alemãs irá provavelmente elevar a previsão global da zona euro, inclinando ainda mais as hipóteses para uma subida da taxa de juro de 50 pontos base pelo BCE em setembro](#).

3. AUXÍLIOS ESTATAIS | PORTUGAL E ESPANHA

A Comissão Europeia [aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida espanhola e portuguesa no valor de 8,4 mil milhões de euros destinada a reduzir os preços grossistas da eletricidade no mercado ibérico \(MIBEL\)](#), através da redução dos custos dos fatores de produção das centrais elétricas alimentadas a combustíveis fósseis.

A medida foi aprovada por se reconhecer que as economias espanhola e portuguesa estão a sofrer uma perturbação grave, estando esta medida em conformidade com a [Comunicação](#) da Comissão sobre a segurança do aprovisionamento e preços da energia acessíveis e com as [conclusões do Conselho Europeu](#) de março, que se referem a medidas temporárias de emergência para reduzir os preços da eletricidade no mercado para as empresas e consumidores, e que não afetam as condições das trocas comerciais num sentido contrário ao interesse comum.

A medida aplica-se até 31 de maio de 2023. O apoio, que assumirá a forma de pagamento, funcionará como subvenção direta aos produtores de eletricidade e destina-se a financiar parte do seu custo de combustível, devendo ser financiada por «receitas dos congestionamentos» (receitas obtidas pelo operador da rede de transporte espanhol em resultado do comércio transfronteiriço de eletricidade entre França e Espanha) e por uma taxa imposta por Espanha e por Portugal aos compradores que beneficiam da medida.

4. SALÁRIOS MÍNIMOS ADEQUADOS NA UE | ACORDO PROVISÓRIO

A Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu alcançaram um [acordo provisório sobre a proposta de diretiva relativa a salários mínimos adequados](#). Os principais elementos da diretiva contemplam um quadro para a fixação e atualização dos salários mínimos nacionais, devendo os Estados-Membros com salários mínimos nacionais criar um quadro de governação robusto que contemple critérios claros para a sua fixação, utilização de valores de referência indicativos, atualizações regulares e atempadas dos salários mínimos, criação de órgãos consultivos, garantia de que as variações e os descontos dos salários mínimos nacionais respeitam os princípios da não discriminação e da

proporcionalidade, e participação efetiva dos parceiros sociais. A diretiva refere ainda a promoção e facilitação da negociação coletiva em matéria de salários e a melhoria da monitorização e aplicação da proteção salarial mínima.

5. CARREGADOR COMUM | ACORDO PROVISÓRIO

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram também a um [acordo político provisório sobre a proposta de diretiva que estabelece um carregador comum](#). O objetivo da diretiva é estabelecer uma porta comum de carregamento para diversos equipamentos, permitindo melhorar o conforto dos consumidores, graças à harmonização das interfaces de carregamento e das tecnologias de carregamento rápido, bem como reduzir os resíduos eletrónicos. Assim, a diretiva deverá tornar obrigatória uma porta de carregamento de tipo USB-C para uma grande variedade de equipamentos.

6. COMISSÃO EUROPEIA | ORÇAMENTO UE 2023

A Comissão Europeia propôs esta semana um [orçamento anual da UE para 2023 no valor de 185,6 mil milhões de euros, que será completado por cerca de 113,9 mil milhões de euros em subvenções no âmbito do instrumento NextGenerationEU](#). O orçamento da UE continuará a mobilizar grandes investimentos para promover a autonomia estratégica da Europa e a recuperação económica em curso, salvaguardar a sustentabilidade e criar empregos, bem como a dar prioridade às despesas ecológicas e digitais e a satisfazer as necessidades prementes decorrentes das recentes crises.

A Comissão propõe assim afetar (em dotações de autorização) 103,5 mil milhões de euros em subvenções do *NextGenerationEU* ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) para apoiar a recuperação económica e o crescimento na sequência da pandemia de coronavírus e fazer face aos desafios colocados pela guerra na Ucrânia. As restantes afetações por área e setor de atividade podem ser consultadas [aqui](#).

De acordo com as conclusões do [Conselho Europeu de 30 e 31 de maio de 2022](#), serão apresentadas, no final do ano, propostas adicionais relativas ao impacto da guerra na Ucrânia, tanto a nível externo como interno.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

A Comissão apresentou ainda o [relatório anual sobre a gestão e execução do orçamento da UE para o exercício financeiro de 2021](#), destacando o seu papel decisivo para o apoio à recuperação da UE e promoção das suas principais prioridades.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Competitividade)

No que se refere ao [mercado interno e indústria](#), os ministros aprovaram uma [orientação geral](#) relativamente à proposta de revisão da [diretiva sobre os créditos aos consumidores](#) e que visa modernizar e assegurar uma maior proteção dos consumidores, reduzir a fragmentação do mercado e aprofundar o mercado transfronteiriço de crédito ao consumo, tendo sido salientada a importância de proteger os consumidores no mundo digital e sendo um dos objetivos da diretiva combater as práticas de empréstimo irresponsáveis. Foi ainda revisto o [progresso relativo ao Regulamento Circuitos Integrados](#), tendo sido referida a importância de uma ação coordenada a nível da UE para resolver a crise de fornecimento de semicondutores, assim como desenvolver parcerias internacionais para

reforçar a resiliência e autonomia estratégica da UE. Teve ainda lugar um debate sobre a resiliência dos [ecossistemas industriais estratégicos](#). Nos temas [Investigação e Espaço](#), os ministros debateram o apoio a jovens investigadores.

Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

No setor da [justiça](#), foram trocados pontos de vista sobre as [respostas judiciais adequadas no contexto da guerra na Ucrânia](#), confirmando a necessidade de continuar a coordenação na investigação de crimes internacionais e discutindo a proposta da Comissão sobre a [extensão da lista de crimes da UE para incluir as medidas restritivas](#). Foram adotadas conclusões sobre a [Estratégia da UE para os direitos da criança](#). O Conselho acordou ainda uma [orientação geral parcial relativamente à diretiva sobre crimes ambientais](#) e orientações gerais sobre a [proposta relativa ao intercâmbio de informações digitais em processos de terrorismo e proposta para estabelecer uma plataforma de colaboração para equipas de investigação conjuntas](#). No que respeita aos [assuntos internos](#), da agenda da reunião constava o debate sobre o Código das Fronteiras Schengen e a situação no espaço Schengen com base num relatório da Comissão, assim como a gestão da Frontex, a implementação do [plano de 10 pontos](#) para uma coordenação europeia mais forte na chegada de pessoas da Ucrânia e as propostas de diretivas sobre intercâmbio de informações e regulamento Prum II. Prevê-se ainda que os ministros discutam questões relativas à migração e asilo, procurando alcançar uma [abordagem conjunta para a migração e acordo quanto ao mecanismo de solidariedade](#), decorrendo ainda a reunião do Conselho e respetivas negociações.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às reuniões das comissões parlamentares do Parlamento Europeu, com destaque para o [diálogo estruturado com a Comissária Mariya Gabriel](#), [debate com o ministro da agricultura ucraniano](#) e [discussão dos objetivos estratégicos da UE para a COP19](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [17 de junho](#), destacando-se a *Comunicação sobre o acompanhamento da Conferência sobre o Futuro da Europa*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 13.06: [Conselho Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#)
- 14.06: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Saúde](#)
- 16.06: [Eurogrupo](#); [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Política Social](#)
- 17.06: [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)

Bruxelas | 10 de junho de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).